

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais

Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e Políticas Públicas

EDNA REGINA DE ASSUNÇÃO GOMES

MULHERES NO PODER

**A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA FEMININA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
GAÚCHA (2011-2014)**

São Paulo

2014

EDNA REGINA DE ASSUNÇÃO GOMES

MULHERES NO PODER

**A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA FEMININA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
GAÚCHA (2011-2014)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Comissão Avaliadora como exigência parcial para obtenção do certificado de conclusão do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e Políticas Públicas, pela Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Orientadora: Alessandra Felix de Almeida

São Paulo

Maio de 2014

DEDICATÓRIA

Aos meus filhos Ruan e Gregory que são e serão eternamente minha fonte de inspiração e alegria, ao meu companheiro e amigo Alvaír que mesmo com a ausência em função de tantos trabalhos me apoia e me entende o quanto é importante para mim esse momento. A minha nora e seu filho Arthur que chegaram de mansinho e hoje enchem nossa casa de alegria. Aos meus pais: Angelina e Adão que sempre me incentivaram a continuar. A minha orientadora Alessandra Felix de Almeida, que tanto me incentivou e orientou com esse trabalho, obrigada pela atenção, dedicação e carinho nesse período.

Sumário

1 - Introdução.....	5
2 - As mulheres e a participação política.....	6
3 - Mulheres e formas de inserção na esfera pública.....	6
4 - Mulheres, Política e a Assembleia Legislativa Gaúcha.....	7
6 - Possibilidade para executar a proposta.....	8
7 - Análise de Riscos.....	9
8 - Considerações Finais.....	9
Referências Bibliográficas.....	9

1 - Introdução

O tema proposto tem como objetivo mostrar a formatação da representação feminina na política, apesar de tímida, vem crescendo na Assembleia Legislativa Gaúcha, assim como os temas desenvolvidos nas legislaturas.

Este estudo se justifica pela necessidade de conscientização da importância de romper preconceitos e estimular cada vez mais o empoderamento das mulheres nos espaços de poder, na Assembleia Legislativa-RS no período de 2011 a 2014.

Levando em consideração que no ano de 2014 será um ano eleitoral e que esse trabalho possa servir de impulsionador para mais mulheres se candidatarem ao parlamento gaúcho, rompendo preconceitos enraizados culturalmente na ideologia patriarcal alimentada pelos estereótipos e meios de comunicação.

Oportunizar o maior acesso de participação das mulheres nos diversos espaços de poder e principalmente nos parlamentos que é um espaço de poder e decisão é uma das maneiras de democratizar o Estado e a sociedade, buscando ter a presença e o olhar do gênero feminino nesse espaço que é representado majoritariamente por homens.

A noção de gênero reúne vários entendimentos sobre a distinção que se faz entre os sexos e a discriminação contra as mulheres, bem como os *outsiders* ou desviantes da heteronormatividade. Uma das referências tradicionais dos estudos de gênero foi Joan Scott. Em 1986, em ‘Gênero: uma categoria útil de análise histórica’, ela define gênero a partir do social e das relações de poder e afasta a ‘naturalização’, própria do biologismo. Para Scott, gênero tem caráter relacional, sendo um elemento constitutivo das relações sociais, cujas distinções estão baseadas no sexo.

[...] minha definição do gênero como um modo primeiro de significar as relações de poder. Frequentemente, a atenção dedicada ao gênero não é explícita mas constitui, no entanto, uma dimensão decisiva da organização da igualdade e desigualdade. As estruturas hierárquicas baseiam-se em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre homem e mulher. [...] O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere à oposição homem/mulher e fundamenta ao mesmo tempo o seu sentido. (SCOTT, 1986)

Há diversas tendências nos estudos feministas sobre a constituição de gênero. Henrietta Moore (1997) pontua que os trabalhos antropológicos recentes enfatizaram que é um erro supor que as sociedades tenham um único modelo ou discurso de gênero. Reconhecer a existência de múltiplos modelos e discursos e investigar como eles se interseccionam em um contexto deram nova direção à análise de gênero nesse campo¹ resume a noção de gênero, incorporando a prática da sexualidade:

As teóricas feministas criaram a noção de gênero como categoria analítica da divisão sexuada do mundo, trazendo à luz a construção dos papéis sociais naturalizados em torno da matriz genital/biológica. Se a divisão é binária, entretanto, a sexualidade faz parte integrante de suas definições, pois as práticas sexuais são os componentes que ancoram os papéis sexuais. O binômio sexo/gênero se traduz assim, implícita e naturalmente em sexualidade reprodutiva, heterossexual. (SWAIN⁸).

Pela necessidade de conscientização da importância de romper preconceitos e estimular cada vez mais o empoderamento das mulheres nos espaços de poder, levando em conta que no ano 2014 será um ano eleitoral e que esse trabalho sirva de impulsionador para mais mulheres se candidatarem ao parlamento gaúcho, rompendo preconceitos enraizados culturalmente na ideologia patriarcal alimentada pelos estereótipos e meios de comunicação, assim como internalizados nos partidos políticos.

A ideologia disseminada na sociedade, hegemonicamente, exerce influência na construção dos valores. E pensar a questão da hegemonia a partir da concepção de Gramsci, que afirma que um conjunto de ideias para ser hegemônico precisa ter um espaço de negociação que contemple outras forças sociais parece interessante.

A hegemonia de determinados valores se dá por meio de um embate entre estas forças, neste espaço de negociação, em que predomina (tornando-se hegemônica) a que angariou mais adeptos.

O conceito gramsciano de hegemonia trata questões culturais e ideológicas sem o rigor do determinismo da base econômica. Para Gramsci, as batalhas devem ser travadas inicialmente no âmbito da sociedade civil. São as ‘Guerras de posição’. A guerra de posição exige enormes sacrifícios de massas imensas da população; por isso é necessária uma concentração inaudita de hegemonia e, portanto, uma forma de governo mais “intervencionista”, que mais abertamente tome a ofensiva contra os opositores e

1 Professora Tânia N. Swaian⁷

organize permanentemente a “impossibilidade” de desagregação interna: controles de todo tipo, políticos, administrativos etc., reforço das “posições” hegemônicas do grupo dominante etc. Tudo isto indica que se entrou numa fase culminante da situação política-histórica, porque na política a “guerra de posição”, uma vez vencida, é definitivamente decisiva. (GRAMSCI, 1999, p. 255).

Podemos dizer que a visão hegemônica sobre a mulher tem sofrido reveses. Outras forças sociais negociam neste espaço. Nas últimas décadas, houve conquistas significativas nos embates travados nesta arena de negociação que tem o trabalho como um dos principais cenários².

No entanto, as preocupações excessivas com a beleza e estética são formas de opressão também. Elas reiteram as representações femininas e reafirmam a lógica do Capital e sua imbricação com a ideologia.

As diferenciações de gênero também são marcadas nas relações de trabalho e ensejam estratégias e disputas, que incluem a sobrevivência.

A atividade humana remunerada, bem como o trabalho doméstico não remunerado, tem o cunho de prover meios para a manutenção física dos trabalhadores.

A importância do mundo do trabalho se dá ainda por seu caráter organizador na vida das pessoas. Nas assimetrias de gênero, entendemos que a divisão sexual do trabalho, definida a seguir, é um dos principais obstáculos para a mulher alcançar autonomia.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.).

Para concluir, o caráter sistêmico das desigualdades de gênero exige uma intervenção do Estado para superá-las que, porém, não se incumbirá dessa tarefa sem um sujeito de transformação que o impulse na direção da igualdade, através de um feminismo em ação, que alimente as práticas de cidadania das mulheres e aprofunde a democratização do Estado.

Em relação à divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que de uma mulher). Eles são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço... (KERGOAT, 2009, p. 67). Tal divisão é responsável por desigualdades salariais, pela ocupação de posições de trabalho menos prestigiadas, por empregar a mão-de-obra feminina em trabalhos repetitivos, intensos e precários, no sentido de serem parciais ou informais, com baixa remuneração e, muitas vezes, insalubres (causam problemas de saúde físicos e mentais).

2 - As mulheres e a participação política

A participação das mulheres vem sendo um debate associado às relações sociais de gênero, levando em conta que a participação das mulheres é um debate associado à problematização em torno da democracia. Segundo Pierre Bourdieu (2010), a partir do momento em que o movimento feminista trouxe para a esfera do politicamente discutível o que parecia estar circunscrito ao mundo privado, a ciência pôde avançar no sentido de compreender e formular questões a partir de uma nova perspectiva analítica. Pretende-se estudar neste trabalho a relação das parlamentares com as políticas de gênero: Segundo a visão de Gramsci, na sua concepção de partido: complementa ainda que o partido, independente da qualidade de seus intelectuais, exerce uma função “que é diretiva e organizativa, isto é, educativa, isto é, intelectual”³

Nesse sentido o suporte que o partido dá para construção da igualdade de gênero e avanço das políticas públicas de gênero enquanto deputadas na AL? Segundo Bourdieu, trazendo o debate do que parecia estar circunscrito ao mundo privado, a ciência pôde avançar no sentido de compreender e formular questões de uma nova perspectiva analítica.

3
2002. p.349

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. V.3.3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,

Esse trabalho pretende analisar de que forma as parlamentares estão conduzindo suas atividades parlamentares sobre a ótica da participação política das mulheres nas instâncias decisórias.

A pesquisa compreende o período de 2010-2014, através da análise das atas das sessões plenárias, nos pronunciamentos, nos projetos de Lei e nos espaços que as mesmas ocupam na Assembleia Legislativa Gaúcha. Assim como os materiais estudos do curso.

Apesar dos avanços conquistados pelas mulheres, cabe destacar que no Brasil a participação política em pleitos eleitorais ainda se trata de uma construção, que depende de um processo de reforma política e garantia das vagas de acordo com o art. 10, §3º, da Lei 9.504/97 que assegura a reserva de 30% e 70% para cada gênero, do número de candidaturas a que os partidos políticos e coligações têm direito.

Dados sobre pesquisa realizada pela SEPM (2012), demonstra que o Brasil conta, hoje, com apenas 8,9% de mulheres no Congresso Nacional, cerca de 12% nas Assembleias Legislativas e 12% nas Câmaras Municipais.

Dentre os países da América Latina que adotaram políticas de cotas para mulher, o Brasil apresentou o pior resultado: 8,9%. Diferentemente dos demais países da América Latina, a lei de cotas brasileira, em vigor, não estabelece sanção para os partidos políticos que não cumpram a legislação.

De acordo com dados de documento da III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (2011, p. 21), 22% de mulheres candidatas a vereadoras em 2008, somente 6.511 vereadoras foram eleitas num total de 51.974 vereadores eleitos no país, perfazendo 13%. Em relação ao pleito de prefeitas em 2008, foram eleitas 505 prefeitas num total de 5.565 prefeituras, perfazendo 9,1%.

Os dados indicam que ocorreram avanços na participação política de mulheres em espaços de poder e cargos de decisão, porém as organizações e movimentos de mulheres precisam se fortalecer cada vez mais através da construção de políticas públicas e ampliação dos direitos sociais.

Hoje a participação das mulheres na política constitui um grande indicador do grau de democratização de uma sociedade justa e igualitária. Mas o desequilíbrio

quantitativo entre o acesso de homens e mulheres nos espaços de poder e decisão, revelam um dos traços pouco inclusivos da democracia brasileira.

3 - Mulheres e formas de inserção na esfera pública

Com tantas barreiras a serem ultrapassadas não podemos desconsiderar que mesmo com percentuais baixos, tivemos avanços e estamos ocupando cargos importantes no país, nossa presidenta da república é um grande exemplo e impulsiona mais mulheres a estarem nos espaços de poder.

De acordo com Rangel (2008), reportando-se a Fraser e Pateman, ainda que as mulheres não sejam excluídas do mundo público, sua inserção no mesmo tem sido por um *status* inferior, o qual demonstra que a subordinação feminina está enraizada na esfera privada e na esfera pública.

A despeito dessa constatação, observa-se entre os pesquisadores certa expectativa de que a inclusão de mais mulheres faça diferença na política, de que a simples presença de mulheres nas Casas Legislativas permita transformar o *habitus* da política institucional por meio da incorporação de temas, até então ausentes, voltados às necessidades das mulheres, aos direitos e interesses femininos, comumente não contemplados pelos homens (Rangel, 2008; Tabak, 2002). Em última análise, poderia haver uma transformação da realidade de uma parcela de mulheres que seria beneficiada através da formulação de políticas públicas destinadas à atender suas necessidades específicas (Moreira, s/d), do mesmo modo que permitiria fazer da Tribuna palco de denúncias contra discriminações (Tabak, 2002).

Nesse sentido, estaria sendo valorizada uma política de presença, onde *quem* representa importaria mais do que o *que* o legislador ou a legisladora representa, no sentido de que grupos minoritários deveriam se fazer presentes nestas instancias (Miguel; Feitosa, 2009). Contudo, o debate sobre uma política de ideias retorna e é visto como indissociável de uma política de presença pelo movimento feminista, tendo em vista que uma mulher legisladora não necessariamente possui consciência de gênero pelo fato de ser mulher. É preciso nesse sentido, como destacou Tabak (2002), que mais mulheres e mulheres feministas sejam eleitas para que esse segmento social tenha suas

reivindicações atendidas, o que somente é possível se as parlamentares forem eleitas em função de sua identificação com questões que afetam a vida das mulheres e demonstrem publicamente apoio a essa causa.

Através dessas análises pode-se considerar que as mulheres têm como diferencial, um “estilo político” próprio. Neste particular, o surgimento de uma série de pesquisas tendo como problemática central a atuação parlamentar das mulheres demonstram que as atividades parlamentares estão ligadas às áreas tradicionalmente reconhecidas como femininas. Em outras palavras, isso significa que está havendo a permanência da atuação das mulheres no âmbito público conforme as representações simbólicas dos espaços que tradicionalmente são identificados como femininos e ocupados pelas mulheres (Guzmán 2001; Matos, 2010a, B; Miguel, Feitosa, 2009; Moreira, S/D; Pinheiro, 2007; Rezende, 2009; Richartz, S/D; Tabak, 2002).

Os estudos atuais têm demonstrado, assim, que a entrada das mulheres no campo político está associada à esfera privada, ao social, atuando em áreas como saúde, assistência social, educação e políticas para as mulheres. Haveria uma forma diferenciada de fazer política para a qual, na literatura, podemos encontrar três definições: 1) Política de sensibilidade: as mulheres transformariam a política dura em política leve, ocupando os espaços menos áridos e mais dignos (Grossi, Miguel, 2001); 2) Política de desvelo: voltada ao cuidado do outro, ao passo que estaria mais ligada à área social, reproduzindo a tradicional divisão sexual do trabalho político (Miguel, L., 2001); 3) Estilo feminino de fazer política: o qual seria o resultado das experiências vividas pelas mulheres que levaria para a esfera pública as demandas advindas de suas experiências no âmbito da esfera privada, alterando a própria divisão entre essas duas esferas e incidindo prioritariamente sobre a formulação de políticas públicas. Desta forma seriam incluídos na agenda política temas antes não considerados como relevantes pela elite política, mas que, no entanto, são importantes para a vida das mulheres (Avelar, 1996).

Assim, a prioridade dada pelas mulheres a algumas temáticas pode ser entendida como uma estratégia de entrada na esfera pública, tendo em vista que elas se ocupam de assuntos dos quais já tem certo domínio, como por exemplo, educação, saúde, assistência social, entre outros. Mais que uma estratégia, pode ser vista como o nicho a elas disponível, os espaços que são destinados à atuação das mulheres no Parlamento.

Essa situação sugere, igualmente, a repartição de funções por gênero no âmbito do trabalho parlamentar. “Trata-se de uma diferenciação não legalizada, mas incorporada como espécie de *habitus* vigente no cotidiano parlamentar.” (Barreira; Gonçalves, 2011, p.13-14).

Estudos relacionados à atuação política das mulheres em diferentes esferas no Poder Legislativo e com diferentes recortes temporais tem demonstrado, de maneira quase consensual que a entrada das mulheres no campo político está associada à esfera privada, o que tem sido fator vital no sentido de reforçar as relações de gênero vigentes e a divisão social do trabalho, conforme assinala Sacchet (2009).

Para exemplificar, pesquisa desenvolvida no Congresso Nacional brasileiro por Miguel e Feitosa (2009) destaca o fato de que entre as deputadas, 85,9% participaram de comissões vinculadas a *soft politics*, assuntos mais voltados para o social, mas apenas 55,4% dos homens as integraram. Nas comissões de *hard politics*, exercício do poder de Estado e a gestão da economia, os percentuais são de 74,5% dos homens e 46,9% das mulheres. Segundo os autores, o fato de haver uma visão estereotipada das “inclinações femininas”, dentro dos partidos, contribui para insular as deputadas na política *soft*, o que independe da filiação a um partido de esquerda, de centro ou de direita.

Contudo, os autores também apontam para o fato de que ocorre uma transição, em termos de debate, para *hard politics* à medida que as mulheres conquistam maior visibilidade e prestígio entre seus pares, momento também que estão na segunda legislatura em diante. O mesmo foi evidenciado por trabalho de Feitosa (2007) relativo aos pronunciamentos das deputadas e deputados da Câmara Federal entre 1999 e 2006. Conforme a autora os discursos classificados como *soft politics* são mais tratados pelas mulheres do que pelos homens, respectivamente, 47,1% e 31,6%. Contudo, as *soft politics* são arenas discursivas para parlamentares iniciantes, o que lhes permite acumular capital político. “À medida que ascendem se dedicando à *soft politics*, elas não precisam mais se restringir aos “temas femininos”, apesar de continuarem formalmente vinculadas aos espaços decisórios ligados a eles.” (Feitosa, 2007, p.12-13).

Assim como a pesquisa realizada por Avelar (2001) mostra que os temas priorizados pelas mulheres na legislatura de 1998-2002 na Câmara dos Deputados Federais referiram-se às áreas de trabalho e previdência, saúde, violência e direitos civis, enquanto uma proporção mínima tratou de temas relacionados ao

desenvolvimento, à infraestrutura e ao poder (Pinheiro, 2007). O mesmo vale para a participação feminina nas Comissões Temática da Câmara de Deputados.

Dissertação de mestrado defendida por Reis (2010) sobre o perfil das deputadas federais brasileiras (1986-2011) demonstrou, nessa perspectiva, que as comissões permanentes que mais agregam mulheres são seguridade social e família; educação, cultura e desporto; defesa dos consumidores e direitos humanos e minorias. A autora verificou ainda que há um recorte ideológico nos temas escolhidos pelas deputadas, ao passo que as que estão mais alinhadas à esquerda preocupam-se mais com questões sociais, enquanto que as de centro com questões de administração, meio ambiente e transporte e as de direita, com o tema da defesa nacional e transporte.

Este estudo também concluiu que a esquerda elege mais deputadas tendo em vista que estão mais próximas de determinadas organizações, entre elas, os movimentos sociais, os sindicatos e os partidos. Contudo, em algumas regiões prevalecem as eleitas pela direita e centro, caso do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país. A esquerda elege mais no Sul e Sudeste. Em termos de filiação partidária, os partidos que mais elegend deputados são os que mais elegend mulheres. De acordo com o número de deputadas: PMDB, PT, DEM, PSDB, sendo que, para a autora, é notável o crescimento do PC do B e PSB.

Conclusão semelhante já havia sido apresentada por Santos (2007), referente a estudo da composição da Câmara de Deputados (2003-2006), tanto no que se refere à preferência partidária das deputadas eleitas quanto à participação nas comissões, onde destacou a presença das mulheres nas comissões que apresentavam os temas “Família, infância e adolescência” e “Questões de gênero”.

Trabalho realizado por Matos (2010a, 2010b) a respeito das deputadas estaduais e federais em nível de Brasil demonstrou, da mesma forma, uma participação legislativa feminina segregada dentro do Parlamento.

4 - Mulheres, Política e a Assembleia Legislativa Gaúcha

Pretende-se estudar a representação política feminina na Assembleia Legislativa Gaúcha, no período de 2011 a 2014, 53º legislatura, analisar a presença das mulheres no

parlamento gaúcho e seu respectivo impacto na pauta e legislação das políticas públicas para as mulheres, através de pesquisa documental (atas, projetos de lei, falas na tribuna e material de apresentação das deputadas) e documentos estudados e orientados no curso. Mostrar a formatação da representação feminina na política na Assembleia Legislativa Gaúcha, assim como os temas desenvolvidos nas suas legislaturas e se as parlamentares levaram questões ao debate sobre as relações sociais de gênero.

Na Assembleia Legislativa Gaúcha na atual legislatura 53^a (2011 a 2014), ampliou significativamente a participação das mulheres sendo a maior bancada feminina com oito deputadas eleitas dobrando a participação das mulheres no parlamento em relação à legislatura anterior contava apenas com quatro deputadas.

Também foi uma deputada que alcançou a maior votação quando se reelegeu a deputada Silvana Covatti (PP), com 85.604 mil votos. Além de Silvana, o Legislativo gaúcho conta com o trabalho das deputadas Marisa Formolo (PT), Zilá Breitenbach (PSDB), Maria Helena Sartori (PMDB), Ana Affonso (PT) e Juliana Brizola (PDT), Miriam Marroni(PT) e Stela Farias(PT).

A participação das mulheres nos diversos espaços de poder e decisão vem aos poucos mudando o percurso da sociedade onde na sua maioria sempre foi ocupado por homens. Com a participação da mulher nos mecanismos de poder, observamos a ampliação do debate no que se refere às desigualdades de gênero e de raça etnia, configurando em médio prazo mudanças nas relações de gênero na sociedade.

Com a conquista do direito ao voto no ano de 1932, sendo um marco principal para a liberdade de direitos das mulheres.

A partir do ano de 1970, por meio de muitas lutas feministas, conquistaram seu espaço no campo político, até então reservado ao mundo masculino. No decorrer dos anos podemos observar cada vez mais a conquista das mulheres nos espaços de poder.

A Constituição Federal de 1988, mesmo trazendo grande avanços para o fim da discriminação sofrida pelas mulheres, garantindo o direito e igualdade através do artigo 5 inciso I, ao assegurar a titularidade da plena cidadania, revolucionando no que se refere à inserção da mulher nos espaços sociais.

5 - Proposta para equacionar o problema

Mesmo com todos os obstáculos enfrentados pelas mulheres para entrarem no parlamento, mesmo que em número pequeno, teve um grande avanço nas perspectivas de gênero.

O atual discurso e políticas do Estado em diferentes esferas que assumem a noção de inclusão como horizonte, deslocam a noção e a prática de uma cidadania ativa e crítica como articuladora de seu discurso, de suas práticas e de suas políticas.

Deixa-se aqui claro que a inclusão é um passo necessário, condição *sine qua non* em um contexto excludente, desde que não seja uma capa que recobre políticas compensatórias neoliberais que não se articulam com o resgate da universalidade das políticas sociais e de uma prática de cidadania empreendida pelos sujeitos sociais, dentre eles as mulheres.

O que tem isso a ver com as políticas públicas de gênero? Muita coisa, pois o primeiro passo para discuti-las é esclarecer os marcos em que elas se tornam possíveis. É necessário reconhecer o terreno, os limites e os desafios para alcançá-las a fim de estabelecer novas pautas políticas, elaborando estratégias para identificar e articular os sujeitos capazes de sustentá-las, demandá-las, formulá-las, articulá-las no interior da máquina do Estado em seus diferentes níveis, federal, estadual e municipal.

Propor políticas públicas de gênero exige estabelecer o sentido das mudanças, se as pretendemos com um caráter emancipatório (Souza Santos, Boaventura, 1994).

Para que as desigualdades de gênero sejam combatidas no contexto do conjunto das desigualdades sociais, pressupõem práticas de cidadania ativa para que a justiça de gênero se concretize, sobretudo pela responsabilidade do Estado de redistribuir riqueza, poder, entre regiões, classes, raças e etnias, entre mulheres e homens etc.

6 - Possibilidade para executar a proposta

Verificar a formatação quantitativa e qualitativa da presença feminina no parlamento gaúcho na atual legislatura, não requer recursos, mas para o aumento de

candidatas nas eleições 2014 há várias ações a serem tomadas que requerem recursos políticos, financeiros.

Assim como para ter mais candidatas os partidos políticos terão que garantir recursos financeiros para viabilizar suas candidaturas através dos fundos partidários até que se vote na reforma política que garanta igualdade de recursos e recursos públicos para as campanhas.

A criação da bancada feminina na AL/RS, poderia ser um espaço de fazer valer os direitos das mulheres, pensar as políticas e ser um espaço de visibilidade e autonomia para as mulheres parlamentares e construir com as mulheres, movimentos sociais e populares organizadas para o empoderamento das mulheres.

Já no Congresso Nacional as mulheres ocupam menos de 10% das vagas, já na Câmara, a representação feminina hoje é de apenas 45 deputadas contra 468 homens, uma participação um tanto constrangedor se pensarmos que somos mais da metade do eleitorado brasileiro (dados Senador Federal 2013).

A última pesquisa do IBGE (dados de 2007) aponta que o número de mulheres chefes de família cresceu 79% em dez anos, passando de 10,3 milhões, em 1996, para 18,5 milhões em 2006. Apesar disso, a brasileira continua subempregada, ganhando em média 30% a menos do que os homens.

Foi nesse cenário e com a intenção de reverter essa situação secular de desigualdade é que se formou a Bancada Feminina na Câmara, cujo objetivo é fazer valer nossos direitos.

Os desafios de criar uma bancada feminina são muitos, mas o resultado para o fortalecimento das políticas para as mulheres são necessárias e urgente.

Temos várias Lei, programas, projetos e ações que precisam ter um espaço de visibilidade para poder dar resultados eficientes, assim como sua divulgação e informação a sociedade.

Graças ao empenho, o Parlamento tem produzido avanços significativos na legislação e a Lei Maria da Penha, de 2006, representa um marco nessa luta⁴.

4 Segundo nota da Bancada Feminina no Congresso Nacional

O combate às desigualdades salariais, a proteção da mulher no mercado de trabalho, a melhoria nas condições de saúde sexual, e a ampliação dos direitos das empregadas domésticas, estão entre os principais compromissos de nossa bancada.

Propor que as deputadas realizem um seminário com seu partido, envolvendo as direções e secretarias de mulheres, para apresentação da pesquisa e dialogar sobre a importância de mais mulheres nos espaços de poder e decisão.

É tarefa também aproveitar esse ano de eleições para garantir mais mulheres nos espaços de poder, com mais direitos e autonomia para as mulheres, chegarem aos espaços de poder e lutar para produzirem uma outra cultura sem machismo, sem patriarcado.

Propor a realização seminários com as deputadas eleitas. Espaço de discussão com os partidos e empoderamento das mulheres.

7 - Análise de Riscos

A vontade política em investir na formação e qualificação das mulheres ao invés de ter uma sub-representação das mulheres nas eleições assim como caminhar para uma reforma política com paridade e as mesmas oportunidades de disputa eleitoral.

Os partidos políticos investirem mais nas mulheres e acreditarem que é possível ter um resultado maior nas políticas públicas para o enfrentamento das desigualdades e garantindo equidade de gênero, daremos mais um passo para a democracia.

A presença das mulheres nos parlamentos é importante não apenas em função dos números e da presença em si, mas em função do entendimento de que mais mulheres no poder fazem a diferença para a vida das mulheres, principalmente se tiverem um pensamento feminista e busquem a superação das desigualdades de gênero.

8 - Considerações Finais

A representação feminina afirma-se que a presença das mulheres nos Parlamentos é importante não apenas em função dos números e da presença em si, mas em função do entendimento de que mais mulheres no poder fazem diferença para a vida das mulheres, principalmente se tiverem um pensamento feminista que busque a superação das desigualdades de gênero. Estar nos espaços de poder e levar a bandeira em busca de mais direitos e garantia dos adquiridos para as mulheres é dever das parlamentares, assim como de toda a sociedade.

Para além das questões culturais fundantes das categorias de gênero, da sexualidade e da heteronormatividade, nossa abordagem considera as bases econômicas e políticas que reproduzem todo tipo de desigualdade.

A diferenciação social não se dá somente pelo eixo de gênero, mas imbrica categorias como classe, idade e etnia, o que parece mais reivindicar a viabilização, como afirma Cisne (2006), da “construção de um projeto societário coletivo que possibilite a emancipação efetiva dos sujeitos.”

A luta pela igualdade de gênero não terminou, prossegue. As diversas formas de opressão da mulher, seja ela na política, na sociedade, no trabalho em casa. Nos remete cada vez mais para continuar e avançar.

Se faz necessário a organização permanente dos partidos políticos para garantir mais mulheres nos espaços de poder, a representação das mulheres na política contribui para uma nova realidade na democracia e na cidadania.

Esses espaços vale ressaltar que estão encharcados da cultura machista, precisamos sim de mais mulheres concorrendo e se elegendo nos parlamentos para contribuir para outra cultura igualitária, de mulheres e homens com direitos e justiça seja na ótica, econômica, política ou social.

Referências Bibliográficas

BORBA, A.; FARIA, N. e GODINHO, T. (orgs) *Mulher e Política: Gênero e Feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 1998.

CISNE, Mirla. **Gênero, marxismo e pós-modernidade: uma reflexão teórico-política acerca do feminismo na atualidade**. In: O comuneiro, n° 2, março de 2006. Disponível em: http://www.ocomuneiro.com/nr2_artigos_Genero,%20marxismo%20e%20posmodernidade.htm. Acesso: 17 jun. 2009.

CONNELL, R. “Políticas da Masculinidade”. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, V.2, n.20, Jul./Dez.de 1995.

FARIA, N.; SILVEIRA, M.L. e NOBRE, M. (orgs) *Gênero nas Políticas Públicas*. Cadernos Sempre Viva. São Paulo: SOF, 2000.

GODINHO, T. “A ação feminista diante do estado: as mulheres e a elaboração de políticas públicas”. In FARIA, N.; SILVEIRA, M.L. e NOBRE, M. (orgs) *Gênero nas Políticas Públicas*. Cadernos Sempre Viva. São Paulo: SOF, 2000.
GUZMÁN, V. “A equidade de gênero com tema de debate e de políticas públicas”. In FARIA, N.;

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. V. 3. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 349

SILVEIRA, M.L. e NOBRE, M. (orgs) *Gênero nas Políticas Públicas*. Cadernos Sempre Viva. São Paulo: SOF, 2000.

SOUZA SANTOS, B. *Pela mão de Alice: O social e o político na pós –modernidade*. Porto: Afrontamento, 1994.